

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 06 – 14 de setembro de 2020

Aos catorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte, segunda-feira, às dezessete horas e treze minutos, **em primeira convocação**, aconteceu a sexta reunião ordinária do Conselho Municipal de Turismo de Bombinhas – Comtur na modalidade on-line através da plataforma Skype, por meio de um link público com o nome ‘Reunião Comtur’ e o endereço eletrônico: <https://join.skype.com/ASLrsjr5ew6a>. Participaram do encontro virtual os seguintes conselheiros representantes do poder público: **Carlos Cândido Silva** e **Keli Regina Benvegnú** (Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico), **Adrian Jan Screnski** (Fundação Municipal de Amparo ao Meio Ambiente) e, representando a iniciativa privada e a sociedade civil organizada: **Jaime Mendonça Sant’Ana Junior** e **Rodrigo Oliveira Aquino Chagas** (Comércio e Serviços) e **Mario Martins de Paula** (Hospedagem). Os demais conselheiros justificaram o não comparecimento no encontro. Também esteve presente o vereador José Antônio Olimpia. A reunião iniciou com a aprovação da ata anterior e com o primeiro tema da pauta: o trabalho no Pórtico de Entrada do Morro do Macaco. A Keli informou que a abertura do Pórtico aconteceu no dia catorze de agosto e, que, desde então, o espaço está aberto todos os dias e que o número de visitantes é surpreendente, chegando a mais de oito mil em um mês de atividade. Todos que chegam no pórtico são abordados pela equipe, que é composta por colaboradores da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico - Setur e da Fundação Municipal de Amparo ao Meio Ambiente - Famab, com apoio dos alunos da Escola de Educação Básica Maria Rita Flor, são os estudantes do terceiro ano que precisam cumprir as horas do estágio curricular obrigatório. Todas as pessoas que vão subir a trilha recebem orientações a respeito do Parque Natural do Morro do Macaco, sobre técnicas de mínimo impacto, sobre a natureza e orientações de segurança. Além dos cuidados a respeito da pandemia: uso obrigatório de máscaras, distanciamento de um metro e meio dos demais grupos, uso de álcool em gel sempre que tocarem superfícies que outras pessoas possam ter tocado, como corrimãos e pedras, além do não compartilhamento de objetos de uso pessoal, inclusive do celular para bater foto. A maioria das pessoas que vão até lá tem interesse na trilha do Morro do Macaco, mas também recebem informações sobre a trilha da Tainha e, a equipe observou que tem aumentado o interesse na trilha da Tainha. Além das orientações, também é feita a coleta de dados antes do grupo iniciar a trilha: primeiro nome de um representante do grupo, idade, horário de entrada, número de pessoas que compõe o grupo, se é a primeira vez na trilha, como ficou sabendo da trilha e informações sobre a hospedagem - se estão pernando na cidade, quantas noites e meio de hospedagem utilizado. No retorno do grupo é anotado o horário, a avaliação da trilha, sugestões e reclamações. Os dados deste primeiro mês de trabalho, de quinze de agosto até treze de setembro são: 1.695 (mil seiscentos e noventa e cinco) pessoas foram conhecer o espaço, 6.685 (seis mil seiscentos e oitenta e cinco) fizeram a trilha, totalizando 8.380 (oito mil, trezentos e oitenta) visitantes. O perfil dos visitantes: 15% (quinze por cento) é morador, 45,2% (quarenta e cinco ponto dois por cento) é visitante/excursionista (só passam o dia na cidade) e 39,8% (trinta e nove ponto oito por cento) está hospedado em Bombinhas; 99,6% (noventa e nove ponto seis por cento) são brasileiros. Também foram registrados visitantes da Argentina, Paraguai, Portugal, Colômbia e África do Sul. Os principais Estados de origem dos visitantes: 77% setenta e sete por cento) - SC; 12,4% (doze ponto quatro por cento) - PR; 5,5% (cinco ponto cinco por cento) - RS e 2% (dois por cento) - SP. Também apareceram visitantes dos seguintes Estados: MG, RJ, CE, BA, DF, AM, GO, RN, PA, SE. Além da coleta de dados, a equipe faz a trilha semanalmente para limpeza e manutenção, trabalho conjunto do Turismo e da Famab. O retorno dos usuários tem sido bastante positivo, com muitos elogios e alto nível de satisfação. A ideia é manter o trabalho, mas tem sido difícil porque o quadro atual de colaboradores não atende à demanda da Setur, do Centro de Atendimento ao Turista e do Pórtico do Morro do Macaco. E, para o ano que vem será mais complicado, porque a limitação dos gastos públicos com servidores imposta pela Governo Federal (Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020), não permite o aumento do quadro de

efetivos. O conselheiro Jaime questionou sobre uma nova edição do programa de voluntariado da Prefeitura e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que foi realizado nos últimos três anos. A Keli afirmou que estão trabalhando em conjunto com a Famab para fazer novamente e, que a princípio devem atuar somente no verão. Entretanto, estão verificando a possibilidade de oferecer alojamento e a viabilidade de estender o projeto para o ano todo. O Mario questionou se não seria possível fazer uma caixa de doação, já que a cobrança provavelmente seria inviável. A Keli esclareceu que não tem como, mas estão registrando todas as sugestões para que possam ser consideradas na construção do plano de manejo. Muitos usuários sugeriram a cobrança de uma taxa e também limitar o número de pessoas. As sugestões e os números serão fundamentais para um futuro estudo de capacidade de carga. O Mario reforçou que seria muito bom se pudesse cobrar uma taxa, até para ajudar a custear as despesas do espaço, que deverá ser ainda maior no verão. A Keli informou que foi feito o pedido para a contratação de vinte oito técnicos em turismo para a temporada de verão, considerando o trabalho no Centro de Atendimento ao Turista, Pórtico do Morro do Macaco e três praias certificadas com a Bandeira Azul e pediu ajuda aos conselheiros na divulgação, pois normalmente nos processos seletivos para técnicos tem mais vaga do que candidatos. A Keli acrescentou que podem ser pensadas diversas ações para serem desenvolvidas no espaço, mas o Mario afirmou que sem orçamento e com a impossibilidade de receber doações fica muito limitado. A Keli ressaltou que assim que terminar o prazo pré-eleitoral, os dados poderão ser divulgados e serão uma boa fonte de informação para o trade como um todo e pessoas interessadas em empreender na cidade. Após as eleições é possível pensar em algum edital para a realização de parcerias com empresas interessadas em ações de marketing no local. Os números dos visitantes por dia serão compartilhados com os conselheiros no grupo de WhatsApp. Na sequência, o presidente Mario introduziu o tema da Costeira de Zimbros, cuja leitura do volume três do plano de manejo do Parque ficou acordada na última reunião, para as ações serem debatidas neste encontro. O Mario informou que fez uma leitura mais superficial do plano e que tem bastante informação técnica, cuja compreensão é mais difícil, mas, de forma geral vê a área do caminho histórico com bom potencial para investimentos. Afirmou que os dados de visitantes do Morro do Macaco serão ótimas referências para a Costeira, que tem um potencial grande para ser um parque de aventura, podendo ter muito mais atrações relacionadas ao ecoturismo, além da trilha, e atrair um bom volume de pessoas. Os números serão importantes para fundamentar e atrair investidores para o parque. Disse ainda que, passada a eleição é importante formar um grupo interdisciplinar para buscar empresas que tenham conhecimento, capacidade técnica e interesse em investir e explorar a área. O Rodrigo concordou e completou que deve ser uma empresa grande, com experiência no segmento e que possa transformar a área em um parque de aventura, pois identifica pelo menos vinte atividades diferentes com potencial para serem desenvolvidas no parque. Sabe que existe a dificuldade da burocracia e limitações para a indenização dos proprietários de terrenos na Costeira, mas que existe a possibilidade de requerer a área de marinha, os 33 metros, que está previsto no Projeto Orla, e que o caminho histórico deve estar dentro deste limite, o que permitiria fazer as intervenções na trilha. Sugere que nesse primeiro momento isso seja feito, pois possibilitaria investir na trilha, fazer algo bom e sem causar impacto. O Mario complementou afirmando que por isso as empresas a serem captadas precisam ser fortes, como por exemplo, aquelas que fazem a gestão de áreas em destinos como Bonito e Balneário Camboriú. Que é preciso apresentar um projeto a elas e não esperar que venham até Bombinhas. Entende que o Comtur, o Legislativo e o Executivo devem trabalhar em conjunto para isso. O Carlos contou que, no ano passado, ele e o Prefeito conversaram com o presidente do grupo que faz a gestão do Parque das Cataratas do Iguaçu e que ele ficou encantado com as características e o potencial de Bombinhas, mas que antes é preciso trabalhar a parte legal, da regulamentação do parque. A Keli lembrou que na parte de apresentação dos programas de manejo no plano (página 45 em diante), tem vários quadros com as prioridades, resultados, premissas, metas e indicadores e, previsão de datas, sendo que a maioria das ações não foram feitas nos prazos sugeridos. Acrescentou que antes do trabalho de captação de investidores, tem toda a

parte legal a ser feita, como a criação do Fundo Municipal das Unidades de Conservação. Também acrescentou a importância de o Conselho Consultivo ser fortalecido e ter a participação de todos os atores envolvidos, como por exemplo a Epagri. Outra ação prevista é a adequação do quadro da Famab, que como já é sabido, não atende as necessidades do parque e das demais unidades de conservação do município. Por isso é importante que a Famab apresente o que poderá fazer e como que o Comtur poderia contribuir no processo. No plano, a parte da visitação pública, que é a área que o Turismo mais poderia contribuir, envolve poucas ações. Uma das ações que poderiam ser desenvolvidas para a próxima temporada seria o cadastro das empresas que trabalham na área. O Mario questionou se uma empresa interessada em assumir o parque não poderia auxiliar nesse planejamento e o Rodrigo completou com a possibilidade de os investimentos já serem feitos nas áreas da união. A Keli lembrou que antes será preciso requerer as terras de marinha, criar o fundo e prever todas estas necessidades e sugestões no edital de contratação da empresa. O Rodrigo sugeriu que as empresas que trabalham com turismo no parque poderiam participar do processo, colaborar com ideias e, se fosse possível, poderiam pagar alguma empresa ou técnico para tirar o plano do papel e iniciar a sua implementação. O Mario acrescentou que as empresas privadas poderiam ajudar e agilizar o plano, pois se esperar a concessão e todo o processo do poder público, vai demorar pelo menos mais dez anos. O Adrian reforçou que o quadro dos programas apresenta a prioridade das ações a serem desenvolvidas na Costeira de Zimbros e que já foi debatida no Conselho Integrado das Unidades de Conservação a questão de solicitar as áreas de marinha, que é preciso mapear e fazer o requerimento junto ao SPU. O processo é burocrático e ele imagina que, apesar de ser demorado, pode haver um esforço para acelerar, devido ao interesse público. Já a contratação de empresas se dá através de um processo de licitação pública, que é mais complicado. Entretanto, ele acredita que a demarcação e a colocação de placas são ações que podem ser feitas sim de forma integradas público-privado, sendo necessário passar pelo Conselho Consultivo e observar as determinações legais. A Keli compartilhou a preocupação com os acampamentos, que são proibidos, mas poderão acontecer no futuro, segundo o plano de manejo e também com a área da cachoeira que, pelo plano, não é de uso intensivo e deve ser protegida. O Adrian esclareceu que o plano prevê uma área delimitada no zoneamento que poderia explorar o campismo através de concessão, com regras e infraestrutura, mas que isto deve ocorrer a médio prazo. O Rodrigo questionou a parte do acampamento poderia ser revista dentro do plano, pois vê com preocupação a prática desta atividade. A Keli lembrou que a proposta do campismo foi feita pelo corpo técnico que liderou a construção do plano e que, na época das discussões, eles argumentaram que a atividade, feita de forma ordenada, pode trazer rentabilidade ao parque e ser praticada de forma responsável e consciente, como já ocorre em outras unidades de conservação. Mas sim, pode ser revisto a qualquer momento, embora é importante considerar que a atividade seria completamente diferente do que acontece agora. A proposta sugerida é listar ações possíveis de serem feitas para a próxima temporada e algumas considerações do Comtur e apresentá-las através de ofício à Famab. Além das ideias já apresentadas, a Keli sugeriu que sejam feitas ações de fiscalização coordenadas para coibir a prática de acampamentos e outras atividades nocivas, como, por exemplo, em dois finais de semana por mês e a noite, com um cronograma pré-estabelecido e apoio da Polícia Ambiental. E que o resultado dessas ações, como apreensão de equipamentos e multa, pudesse ser divulgado, a exemplo do que aconteceu algum tempo atrás com uma ação de fiscalização que apreendeu motocicletas e gerou repercussão. O Rodrigo sugeriu que através do cadastro das empresas que exploram o parque, poderia ser feita uma ação para delimitar o número de pessoas que podem ser levadas até a cachoeira por cada uma e, também, que possam contribuir com recursos a serem investidos na fiscalização. Lembrou que também é preciso organizar e fiscalizar as fazendas marinhas localizadas no entorno do Parque. A Keli acrescentou que é complicado fazer o cadastro das empresas para organizar se não tiver fiscalização efetiva, por isso é importante apresentar as ideias para a Famab, de maneira que digam como podemos auxiliar e o que é possível ser feito. Os conselheiros concordaram e afirmaram que as ações de fiscalização podem repercutir de forma positiva e que,

mesmo que não possa ter cobertura da imprensa, devido às restrições legais, a ação e as restrições se espalhariam rapidamente através das redes sociais das pessoas que praticam estas atividades. Consequentemente, a tendência é que as pessoas se conscientizem e diminuam as ocorrências. O Rodrigo também sugeriu que seja desenvolvido algum projeto como a escola do mar, com escoteiros ou alunos atuando como guardiões do parque, que no futuro poderiam ser guias ou condutores. A Keli lembrou que tem uma lei de 2013 que criou a Guarda Ambiental Jovem e que já estão discutindo alterações para que possa ser retomada a partir do próximo ano. O Adrian informou que devem entrar em discussão no Conselho Consultivo a criação de uma divisão na Famab para a gestão das unidades de conservação e, posteriormente, implementar os guarda parques. Além disso, também estão avaliando no Conselho a autorização para a implementação de uma pista para saltos de parapente, solicitada por uma associação de voo que está se formando na cidade. O corpo técnico da Famab fez a vistoria no local e constatou que a área tem um potencial muito bom para a atividade, que explora a natureza de forma sustentável e não gera impacto, mas há alguns entraves jurídicos. Uma das dificuldades encontrada é que o caminho de acesso fica na divisa de Porto Belo e Bombinhas e o local está embargado pelo Ministério Público há alguns anos. Este embargo impede que a estrada seja utilizada. Além disso, o local da pista está em uma área privada, ou seja, precisaria indenizar o proprietário e, também, alterar no plano de manejo o zoneamento desta área, que hoje está classificada como de recuperação. A Famab vai verificar as questões relacionadas ao embargo e a associação também fará uma solicitação ao Ministério Público. O Secretário Carlos informou que há um ano o pessoal que opera os voos de parapente procurou a Secretaria para realizar um evento naquele local e solicitou que fosse feita a manutenção na estrada. Naquela ocasião a demanda foi passada para a Famab e eles receberam a informação sobre os entraves jurídicos e a necessidade de se organizarem através de uma associação para buscar a regulamentação do uso do espço. Os conselheiros concordaram com a implementação da pista e a importância da atividade para o desenvolvimento do ecoturismo no parque. Em seguida, debateram a importância de regulamentar e organizar as atividades de ecoturismo que acontecem nas unidades de conservação, que poderiam atrair visitantes e gerar emprego o ano todo. Também foi acrescentado pelo Rodrigo que em outras cidades e destinos de sucesso, o acesso a parques e outras áreas naturais é cobrado, sendo que aqui em Bombinhas não, é tudo de graça. Seria importante fazer a cobrança, até mesmo para as pessoas se conscientizarem e valorizarem o que a cidade proporciona. Os recursos poderiam ser investidos em infraestrutura e fiscalização. A Keli lembrou que na maioria dos destinos usados como referência, os atrativos são particulares, sendo que não é o caso de Bombinhas, por isso é muito importante que seja criado o Fundo para a manutenção dos parques, conforme está previsto no plano de manejo da Costeira. O Jaime completou que uma fiscalização mais rígida pode demonstrar uma preocupação, um cuidado maior com a área, gerando divulgação positiva. O vereador José Antônio não pode seguir na reunião e ao se despedir afirmou que acompanhou a discussão do plano de manejo e considerou as observações apontadas muito boas e se colocou à disposição para contribuir. Ficou acordado que a Keli fará um esboço de um ofício com estas sugestões, que será compartilhado no grupo de WhatsApp e, posteriormente encaminhado à Famab. Em seguida, o foco da discussão foi o Projeto Orla. Da mesma forma que aconteceu com o plano de manejo, os conselheiros foram orientados a fazer a leitura do quadro de ações do plano de gestão integrada do Projeto Orla - PGI, para discussão e apontamentos. O conselheiro Jaime fez duas observações a serem consideradas na revisão do documento: coleta seletiva, que necessita de ações fortes para que realmente seja implementada no município e, um programa de arborização, tanto da orla como das ruas. Ele citou o exemplo da cidade de Maringá, que há cinquenta anos implementou um projeto bacana e hoje a cidade está bonita e bastante arborizada. O Adrian contribuiu com a informação sobre as calçadas, que em Bombinhas são estreitas e por isso é priorizada a acessibilidade. Afirmou que o tema é mais urbanístico, que tem conhecimento que o plano diretor prevê cinco metros de recuo nos terrenos, justamente para a arborização, mas não sabe se refere-se à orla ou à cidade como um todo. O Jaime também acrescentou que no documento é apontado o problema

da concentração de pessoas nas praias de Bombas e Bombinhas e que, se a cidade oferecesse outras opções de áreas de lazer com infraestrutura e agradáveis, poderia distribuir um pouco mais o fluxo de pessoas. A Keli lembrou que as o PGI é resultado de discussões que aconteceram em 2011 e 2012 e que diversas ações previstas já foram implementadas. Mario concordou, mas ressaltou que ainda tem muitos problemas que ainda não foram solucionados, um deles é quanto ao trânsito, transporte e estacionamento. E, nesse sentido, o Comtur tem debatido nas reuniões as possíveis soluções. A Keli fez um apanhado das informações do quadro de ações do PGI que o Comtur poderia opinar e contribuir, além das já citadas anteriormente (coleta seletiva, arborização e trânsito): banheiros e duchas – mapeamento dos locais, construção de estruturas permanentes e pelo menos um banheiro em cada praia em funcionamento durante o ano todo; quiosques, locação de cadeiras, ambulantes, garçom na praia e atividades náuticas – definir locais e atividades de interesse, horários de funcionamento e processo de concessão, rever legislação e regras sobre o tema; sensibilização e conscientização dos empresários a respeito das questões ambientais, principalmente daqueles estabelecidos na orla; transportes – estimular outras formas e tipos de veículos para poder atender as necessidades, rever legislação; animais domésticos nas praias – propor a discussão a respeito da criação de uma praia *pet friendly*; trilhas ecológicas – estruturar e divulgar. Também foi acrescentada a necessidade de revisão do texto que menciona como finalidade de melhoria da iluminação pública a promoção e o incentivo do turismo na página cento e oitenta e dois e todo o quadro relacionado ao problema intitulado ‘redução do turismo na baixa temporada’ na página duzentos. Outra questão apontada pela Keli foi quanto à garantia de acesso público à praia, para que seja contemplada a Praia do Cação, que na época da construção do plano não apresentava os problemas que acontecem atualmente e que já foram debatidos em reuniões anteriores do Conselho. O tema foi lembrado pelos conselheiros e feita a sugestão para que a Famab fiscalize novamente o local e apure a supressão de vegetação feita para o alargamento da trilha de acesso à praia. Estes apontamentos serão enviados à Famab através de ofício, que também terá o esboço compartilhado com os conselheiros para contribuições. Seguindo para os assuntos finais, o Mario lembrou dos problemas relacionados à avenida do centro no feriado de sete de setembro, que foram compartilhados no grupo de WhatsApp do Comtur. Na ocasião foi constatada a falta de respeito de muitos usuários que estacionaram em calçadas, ciclovias e também ao lado na avenida, impedindo a passagem de veículos em alguns pontos. O Secretário Carlos afirmou que é complicado solucionar esse tipo de problema enquanto a avenida está em obras, que é preciso ter paciência e deixar o acesso bloqueado o máximo de tempo possível para acelerar a construção e também evitar mais transtornos. Disse ainda que os problemas na época da obra da avenida Leopoldo Zarling em Bombas também foram grandes e duraram mais tempo, pelo menos duas temporadas. Mas logo deverá passar e trará benefícios. Ficou responsável por conversar com o Prefeito para verificar se é possível melhorar a sinalização dos desvios para os próximos feriados, pois acredita que, da mesma forma que a Setur e a Famab tem problemas com os recursos humanos, o departamento de trânsito também enfrenta dificuldades para a fiscalização e orientação, além de os agentes não terem poder de polícia e serem constantemente desrespeitados. A Keli informou que amanhã terá reunião com a Letícia, bióloga da Famab que retornou de férias, a Elda e a Diana, técnicas do ICMBio que trabalham na Rebio do Arvoredo, e conversará a respeito da instrução de mergulho que permite a prática do mergulho em unidades de conservação federais. Posteriormente compartilhará a resposta com os conselheiros. Também informou que estão prontas as informações e matérias para serem postadas pelas associações e entidades no período pré-eleitoral e já estão agendadas as reuniões com a Associação Empresarial de Bombinhas, Costa Esmeralda Convention & Visitors Bureau e Rede Costa Esmeralda de Hotéis e Pousadas. O Rodrigo informou que na casa de salga em Zimbros acontecerá uma feira com artesanato, música e alimentação nas sextas e sábados durante o ano e, diariamente na temporada de verão. Cerca de trinta pessoas estão interessadas e iniciarão a feira no feriado do dia doze de outubro, se a atividade for permitida pelas autoridades, já que no momento há restrições por conta da pandemia. Por fim, a Keli e o Carlos relataram que

na última semana, o Presidente da Câmara de Vereadores no uso da tribuna e encerramento da sessão afirmou que o turismo só irá se desenvolver quando a cidade tiver um conselho atuante, que tenha a participação e representatividade da iniciativa privada, da hotelaria, dos restaurantes. O Secretário Carlos afirmou que, infelizmente a Setur não pode se pronunciar publicamente devido às restrições eleitorais e que ficou muito triste porque sabe da dificuldade que todos vivenciamos, da importância do turismo e do trabalho que o Comtur desenvolve, da dedicação e disponibilidade dos conselheiros que representam os diversos segmentos, que não são remunerados e sempre participam das reuniões e discussões, contribuindo com a cidade. Os conselheiros foram questionados quanto ao interesse em responder a fala do Presidente e foram unânimes em afirmar não valer a pena. Também lamentaram o fato de que há vereadores que não conhecem o que acontece na cidade e estão preocupados com discussões e brigas políticas, ao invés de estarem engajados na resolução dos problemas de município. A próxima reunião será realizada de forma on-line no dia treze de outubro às dezessete horas. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezenove horas e seis minutos sendo a ata lavrada por mim, Keli Regina Benvegnú. Após leitura e aprovação, será assinada pelos conselheiros presentes. Bombinhas, catorze de setembro de dois mil e vinte.

Adrian Jan Screski.....
Carlos Cândido Silva.....
Jaime Mendonça Sant'Ana Junior.....
Keli Regina Benvegnú.....
Mario Martins de Paula.....
Rodrigo Oliveira Aquino Chagas

Registro da reunião on-line:

